DIREITOS HUMANOS: UMA CONCEPÇÃO CONTRA HEGEMÔNICA E INTERCULTURAL

Disciplina: MFT5741-1 - Direitos Humanos, Ação Técnica e Ético-Política do Terapeuta Ocupacional Prof^a Sandra Maria Galheigo Hablar de derechos humanos es hacerlo de "la apertura de procesos de lucha por la dignidad humana". (Herrera Flores, 2008)

FALANDO DE DIREITOS HUMANOS

Herrera Flores, J. La reinvención de los derechos Humanos. Sevilla: Atrapasueños, 2008.
Acesso em 5 mar 2020. Disponível em:
http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/
la-reinvencion-de-los-derechos-humanos.pdf

A hegemonia dos direitos humanos como linguagem da dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve pois começar por perguntar-se se os direitos humanos servem eficazmente a luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário a tornam mais difícil. Por outras palavras, será a hegemonia de que goza hoje o discurso dos de direitos humanos o resultado de uma vitória histórica ou, pelo contrário, de uma derrota histórica? No entanto, qualquer que seja a resposta dada a estas perguntas, a verdade é que, sendo os direitos humanos a linguagem hegemônica da dignidade humana, eles são incontornáveis, e os grupos sociais oprimidos não podem deixar de perguntar se os direitos humanos, mesmo sendo parte dessa hegemonia que consolida e legitima sua opressão, não poderão ser usados para subverter. Ou seja, poderão ser os direitos humanos ser usados de modo contra-hegemônico? Em caso afirmativo, de que modo? Estas duas perguntas conduzem a duas outras. Por que há tanto sofrimento humano injusto que não é considerado uma violação dos direitos humanos ? Que outras linguagens de dignidade humana existem no mundo? E se existem, são ou não compatíveis com a linguagem dos direitos humanos?

Santos, B. S. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. IN: Santos, B.S. & Chauí, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2013, pp. 41-133.

Versão hegemônica ou convencional de DDHH

- Direitos universalmente válidos independentemente do contexto, social, político e cultural em que operam e dos diferentes regimes de DDHH existentes no mundo;
- Concepção de natureza humana como sendo individual, autossustentada e qualitativamente diferente da não humana;
- O que conta como violação de DDHH é definido por declarações universais, tribunais, comissões e ONGs (Norte);
- Duplos critérios na avaliação da observância dos DDHH não compromete a validade universal dos DDHH;
- O respeito aos DDHH é mais problemático nos países do Sul do que nos do Norte.

Concepção contra-hegemônica e intercultural de DDHH

- Se a humanidade é uma só, por que é que há tantos princípios diferentes sobre a dignidade humana e justiça social, todos pretensamente únicos, e, por vezes, contraditórios entre si?
- Na raiz dessa questão, há outra: a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo.
- Ao pensamento convencional de DDHH faltam instrumentos teóricos e analíticos que lhe permitam posicionar-se com alguma credibilidade em relação a movimentos sociais (indígenas na américa Latina, de camponeses na África e Ásia e a insurgência islâmica) e, pior ainda, não considera prioritário fazê-lo.

- Os DDHH são usualmente reconhecidos como corpo jurídico-normativo internacional de caráter universal.
- Esta perspectiva reproduz o pensamento hegemônico ocidental sendo um obstáculo às propostas emancipatórias, já que trata-se de uma ideia/prática global que tenta se impor localmente.
- Em uma visão contra hegemônica, deve-se buscar uma concepção intercultural de direitos humanos por meio das quais podem ser enfrentadas algumas das tensões contemporâneas.

Santos, B.S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 48, 11-32.

Santos, B.S. (2010). Para uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: Santos, B.S., **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política, 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 433-470.

- 1. A tensão entre o universal e o fundacional
- 2. A tensão entre os direitos individuais e os coletivos
- 3. A tensão entre o Estado e o anti-Estado
- 4. A tensão entre o secularismo e o anti- secularismo
- 5. A tensão entre os direitos humanos e os deveres humanos
- 6. A tensão entre a razão de Estado e a razão de direitos
- 7. A tensão entre o humano e o não-humano
- 8. A tensão entre reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença
- 9. A tensão entre o direito ao desenvolvimento e outros direitos individuais e coletivos, nomeadamente o direito à autodeterminação, o direito a um ambiente saudável, o direito à terra, o direito à saúde
 - A tensão entre o direitos ao desenvolvimentos e os direitos ambientais e em especial o direito à saúde
 - A tensão entre a autodeterminação indígena e o desenvolvimento neoliberal
 - A tensão como os direitos dos povos de se libertarem do colonialismo e neocolonialismo

PARA UMA CONCEPÇÃO INTERCULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (2013)

A tensão entre o universal e o fundacional

- **♦ Universal** (fundacional do ocidente transformado em universal)
 - *válido independentemente dos contextos;
 - ❖idealmente é válido em todos os tempos e lugares;
 - *representativo por sua extensividade.

♦ Fundacional

- tem uma importância transcendente por ser único;
- *representativo pela sua intensidade;
- raízes; representa uma identidade específica que tem memória, história e
- caráter único e específico;
- pode ter uma força tão poderosa quanto à universalidade e generalidade do universal.

Quaisquer desses
valores se apresenta
como uma legitimidade
última e, por vezes,
contraditória.

Quaisquer desses produz exclusões.

Estão na origem de outras tensões (8 e 11)

A tensão entre o universal e o fundacional

- Não se trata de universalismos rivais, mas de particularismos rivais, diferenças profundas na definição de objetivos de emancipação, de libertação e de dignidade e, de tipos de lutas para alcançar.
- Pluralismo vasto campo de tradução intercultural
- O caminho da contra-hegemonia:
 - Superação da dicotomia universal/fundacional;
 - *Troca de experiências e de articulação de lutas entre os movimentos e organizações de excluídos.

A tensão entre os direitos individuais e os coletivos

- A Declaração Universal dos Direitos humanos só reconhece dois sujeitos de direito: o indivíduo e o Estado. Povos só são reconhecidos se forem transformados em Estados.
- Os direitos coletivos existem para minorar ou eliminar a insegurança e a injustiça de coletivos de indivíduos que são discriminados e vítimas sistemáticas de opressão por serem o que são e não por fazerem o que fazem.
 - Mulheres, povos afrodescendentes, grupos vitimizados pelo racismo, população LGBTqia+, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento psíquico, jovens pobres.
- Os direitos coletivos têm sido incluídos nas agenda política, nacional e internacional, muito lentamente; mas a tensão frente às concepções individualistas continuam.

A tensão entre o Estado e o anti-Estado

- A centralidade do Estado: ilusão
- Violação de direitos não apenas pelo Estado, mas pelo não Estado como agentes econômicos, por milícias privadas, mercenários
- Tendências liberais anti-Estado (defesa dos direitos civis e políticos) versus concepção social-democrática ou marxista (defesa da centralidade do Estado na construção da coesão social e na garantia de direitos sociais e econômicos).
- Perspectiva contra-hegemônica: indivisibilidade dos direitos humanos.

- A tensão entre secularismo e pós-secularismo
 - Influência da religião: intervenção a favor dos oprimidos (teologias da libertação) e intervenção a favor dos incluídos (teologias da prosperidade). A cura gay (religiões pentecostais)
 - A tensão entre os direitos humanos e os deveres humanos
 - Variação entre as culturas: ora se privilegia os direitos e ora se privilegia os deveres (martírio, sacrifício.)

A tensão entre a razão de Estado e a razão de direitos

- ❖ Tensão entre a continuidade dos direitos humanos e as descontinuidades dos regimes políticos.
- Domínio da justiça de transição: reparações históricas, memórias ou econômicas, do direito à verdade e à memória, reconhecimento de injustiças odiosas e pedidos de desculpas, anistias e revogação de anistias, das comissões da verdade e de reconciliação.

A tensão entre o humano e o não-humano

- *1 dimensão: A universalidade dos DDHH conviveu sempre com a ideia de que nem todos os seres humanos devem se beneficiar do estatuto e da dignidade conferidos à humanidade. A concepção ocidental, capitalista e colonialista, da humanidade não é pensável sem o conceito de sub-humanidade.
- *2° dimensão: incluir ou não incluir não humanos (Constituição do Equador de 2008 destaque aos direitos da natureza)

- A tensão entre reconhecimento da igualdade e o reconhecimento da diferença.
 - ❖DDHH eurocêntricos se fundamentam no principio da igualdade. Não de uma igualdade sócioeconômico-social, mas a igualdade jurídico-política de todos perante a lei. A luta pela igualdade, enquanto redução das desigualdades socioeconômicas, veio mais tarde com os direitos sociais e econômicos, mas ainda sob o paradigma da igualdade.
 - ❖O paradigma da igualdade passa a ser questionado quando grupos sociais discriminados e excluídos se organizaram para lutar contra sua condição, mas também para questionar os critérios dominantes de igualdade e diferença e os tipos de inclusão/exclusão que legitimam. luta pelo reconhecimento do direito à diferença ações afirmativas.

Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos trivializa. (Santos 2003, p. 56 – Reconhecer para libertar)

- A tensão entre o direito ao desenvolvimento e outros direitos individuais e coletivos, nomeadamente o direito à autodeterminação, o direito a um ambiente saudável, o direito à terra, o direito à saúde
 - ❖ Tensão trazida pela premência política na África, Ásia e América Latina, que envolve:
- •A tensão entre o direitos ao desenvolvimentos e os direitos ambientais e em especial o direito à saúde
- •A tensão entre a autodeterminação indígena e o desenvolvimento neoliberal
- •A tensão como os direitos dos povos de se libertarem do colonialismo e neocolonialismo

PARA UMA CONCEPÇÃO INTERCULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS

- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (2013) CONCLUSÃO
- A luta pelos direitos humanos enfrenta novas formas de autoritarismo que convivem confortavelmente com regimes democráticos fascismo social
- Lutas por direitos contra-hegemônicos contra o fascimo social (fascismo desenvolvimentista):
 - Articular novas gerações de direitos fundamentais como condição de vida digna: direito à terra; direito à água; direito da natureza; direito à soberania alimentar; direito à diversidade cultural; o direito à saúde coletiva.
 - * Equilibrar a representatividade política dominante das sociedades democráticas, a representatividade pela extensividade, com a representatividade política das minorias, a representatividade pela qualidade.
 - *Articular lutas até agora separadas por diferenças e tradições de luta, vocabulários e linguagens de emancipação e formas de organização política e de luta.